



MOBILIZAÇÃO PELA APOSENTADORIA ESPECIAL!

APOSENTADORIA ESPECIAL

VIGILANTES DO BRASIL



Confederação Nacional dos Vigilantes
Sindicatos de Vigilantes e Federações de Vigilantes

O PLP 42/2023 – Estamos mais perto, mas ainda precisamos de você!

A luta pela Aposentadoria Especial para os vigilantes está avançando a passos firmes! Com a apresentação do Requerimento 3915/2025, feito pelo autor do projeto, o deputado federal Alberto Fraga, o PLP 42/2023 pode agora ir direto para votação no Plenário da Câmara dos Deputados.

Já conquistamos muito até aqui com mobilização e pressão. Agora é a hora de intensificar!

Para que o projeto entre na pauta de votações, é fundamental que o Presidente da Câmara, deputado Hugo Motta, pautar o requerimento de urgência e que ele seja aprovado. Além disso, um relator será indicado para apresentar seu parecer final ao PLP 42/2023 no plenário. A boa notícia: tudo indica que o relator será alguém que já acompanhou o projeto nas comissões

anteriores, onde o texto foi aprovado por unanimidade. Isso aumenta nossas chances e acelera o processo.

Mas atenção: o Congresso Nacional é imprevisível. Nada está garantido até ser votado e aprovado! É por isso que a mobilização continua sendo essencial.

Como pressionar e ajudar:

Primeiro: Precisamos cobrar do deputado Hugo Motta que PAUTE o requerimento 3915/2025 (requerimento de urgência). Entre em contato pelos canais abaixo:

- E-mail: dep.hugomotta@camara.leg.br
- Telefone: (61) 3215-5237
- Instagram: @hugomottapb
- Facebook: Hugo Motta

Depois precisamos cobrar dos Deputados federais que votem a favor da aprovação do requerimento.

Após isso, pressionamos de fato para que o PLP 42/2023 entre na pauta de votações do Plenário e seja enfim, aprovado.

Agora é hora de agir!

Compartilhe com seus colegas, fale com seu sindicato, envie mensagens, pressione os deputados.

A Aposentadoria Especial é um direito de todos nós!

Vamos juntos até a vitória!

Fonte: CNTV

Terceirizados embarcados podem conquistar mais justiça e dignidade com novo projeto de lei ESPECIAL EM 2025



O deputado federal Lindbergh Farias apresentou o Projeto de Lei 4875/2025, que promete mudar a realidade de quem trabalha embarcado nas plataformas de petróleo. A proposta garante a mesma jornada de trabalho e descanso para todos os profissionais embarcados, incluindo os vigilantes terceirizados, que há anos enfrentam condições desiguais.

A mudança principal é na jornada 14x14 (14 dias de trabalho por 14 de descanso) que passa a ser 14x21, o que significa mais tempo de descanso, mais saúde e mais dignidade para quem vive longe da família, em alto-mar, em jornadas pesadas.

“Queremos corrigir uma injustiça grave. Hoje, os trabalhadores terceirizados enfrentam jornadas extenuantes, instabilidade e menos acesso a direitos. Isso precisa acabar”, afirmou o deputado Lindbergh.

A proposta também busca garantir isonomia entre trabalhadores efetivos e terceirizados, algo que já é previsto na Constituição, mas que na prática não é respeitado.

Quem vive essa realidade sabe o que isso significa. O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura Santos, reforça:

“Já vimos situações vergonhas contra os vigilantes embarcados. São profissionais que garantem a segurança das operações, mas vivem à margem dos direitos. É por isso que apoiamos totalmente essa iniciativa. É hora de respeitar o princípio da igualdade e da dignidade humana.”

O PL 4875/2025 é um passo importante para corrigir desigualdades históricas. Agora, a luta segue no Congresso. A mobilização dos trabalhadores será essencial para garantir a aprovação.

Vamos juntos por essa aprovação!

FONTE: CNTV

Paim defende redução da jornada de trabalho sem corte salarial



Em pronunciamento no Plenário nesta segunda-feira (13), o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou o relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148/2015, de sua autoria, que trata da redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Relatado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o texto prevê uma transição gradual até atingir o limite de 36 horas semanais.

— A PEC que põe fim à escala 6x1 e estabelece a jornada de trabalho para 40 horas semanais, num primeiro momento, e depois, ano após ano, reduz uma hora até chegar às 36. A PEC é viável, necessária e equilibrada, “gradualiza” uma segurança jurídica, protege a economia e fortalece a justiça social. Representa um avanço

civilizatório, compatível com a Constituição e com os direitos humanos: garante repouso mínimo de dois dias por semana e irredutibilidade salarial — ressaltou.

O senador lembrou que a redução da jornada é uma tendência mundial e citou exemplos de Portugal, Espanha, Chile e México, que já adotaram mudanças semelhantes. Ele destacou ainda dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que apontam a possibilidade de criação de milhões de empregos no Brasil, caso a proposta seja aprovada, além de ganhos em saúde, bem-estar e igualdade de gênero.

— A redução da jornada vai beneficiar dezenas de milhões de brasileiros que, hoje, vivem exaustos em uma jornada 6x1, trabalham direto seis dias e descansam um. Temos, agora, a oportunidade de escrever mais uma página de justiça na história do nosso país: justiça social. O Brasil precisa, o povo brasileiro merece redução de jornada sem redução de salário. Essa vai ser uma conquista de todos. Todos ganharão com essa proposta — afirmou.

Fonte: Agência Senado

José Dirceu defende que sindicatos assumam papel central na reconstrução do país

No primeiro dia da 17ª Plenária da CUT, o ex-ministro José Dirceu e o presidente da Central, Sérgio Nobre, analisaram a conjuntura política e econômica do país e o papel da classe trabalhadora

ROBERTO PARIZOTTI



O ex-ministro da Casa Civil e liderança histórica do PT, José Dirceu, foi o convidado especial da 17ª Plenária Nacional da CUT João Batista Gomes (Joãozinho) — com o tema “Novos Tempos, Novos Desafios” — que começou nesta terça-feira (14), na quadra dos bancários, no centro de São Paulo.

Durante a mesa de análise de conjuntura, ao lado do presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre e da vice-presidenta da Central, Juvandia Moreira, ele falou sobre o cenário nacional e internacional abordando a ascensão da extrema direita, o fortalecimento da luta para manter e

ampliar as conquistas recentes no governo Lula e o papel dos sindicatos na construção de um Brasil mais justo.

O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, defendeu que o movimento sindical intensifique a mobilização até 2026, ano que definirá os rumos do país e do projeto liderado pelo presidente Lula. Em sua fala durante a plenária estatutária da Central, Nobre destacou que “a disputa central é de consciência e de narrativa” e que o sindicalismo precisa se reorganizar para dialogar com os milhões de trabalhadores fora da estrutura formal.

Entre as pautas centrais da CUT para o próximo período, que serão debatidas durante a Plenária, Sergio Nobre destacou a atualização do modelo sindical, que deve tramitar em comissão mista no Congresso, e a luta contra a reforma administrativa, apresentada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

“Não existe acordo com esse texto. Precisamos pressionar e participar da marcha contra a reforma no dia 29”, disse. Ele também defendeu o avanço de projetos como a redução da jornada para 40 horas semanais e o fim da escala 6x1.

O papel da classe trabalhadora e dos sindicatos

José Dirceu defendeu que a classe trabalhadora e seus sindicatos assumam papel central na reconstrução do país e na consolidação do projeto político iniciado com o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao governo.

Para ele, o protagonismo da classe trabalhadora é condição para que a reconstrução nacional se torne efetiva. “O sindicalismo tem de ocupar novamente o centro da vida política, como fez em 1988. Foi a CUT e foi o movimento popular que garantiram a Constituição Cidadã, que estabeleceu os direitos sociais e trabalhistas. Agora, a tarefa é defendê-los e ampliá-los.”

Dirceu destacou que o país vive um momento decisivo, com queda do desemprego, retomada da indústria e políticas de valorização do salário mínimo, mas alertou para a necessidade de transformar esses avanços conjunturais em mudanças estruturais. “Não podemos depender de um ciclo econômico. Precisamos de reformas estruturais que garantam renda, emprego e cidadania para as próximas gerações.”

Reforma do Estado e soberania nacional

Ele lembrou que o Brasil viveu um processo de desmonte das políticas públicas e de perda de capacidade do Estado durante os

governos anteriores, com privatizações e cortes orçamentários em áreas essenciais. “Nós precisamos reconstruir o Estado brasileiro, retomar empresas estratégicas e reindustrializar o país. Um Estado fraco é um Estado submisso”, disse, ressaltando a importância do BNDES e de programas como a Nova Indústria Brasil.

Dirceu associou a crise social e econômica à hegemonia neoliberal que, segundo ele, se impôs a partir dos anos 1990 e foi reforçada por governos recentes. “A agenda neoliberal desmontou o Estado, destruiu a soberania e retirou direitos. Nós estamos reconstruindo o Brasil, mas precisamos de um novo pacto nacional para sustentar isso.”

Eleições 2026

O ex-ministro afirmou que o contexto nacional e internacional exige mobilização, consciência política e capacidade de disputar corações e mentes, sobretudo diante da proximidade das eleições de 2026.

“Não basta termos o presidente Lula. Precisamos de um Congresso comprometido com a soberania nacional e com os direitos do povo. É essa base parlamentar que garantirá que o projeto iniciado em 2023 não seja interrompido novamente”, afirmou. Para ele, as próximas eleições serão um divisor de águas: “Ou consolidamos o processo de reconstrução do Estado e da economia, ou voltaremos à estagnação e à tutela dos interesses privados”, declarou.

Dirceu afirmou que a derrota do bolsonarismo em 2022 não encerrou o ciclo autoritário, mas abriu uma janela de reconstrução que ainda é frágil. “Se Bolsonaro tivesse sido reeleito, talvez não estivéssemos mais aqui, reunidos. A democracia brasileira resistiu, mas ainda está sob ameaça. Por isso, 2026 é decisivo.”

Mobilização e consciência política

Dirceu reafirmou que o futuro do Brasil dependerá da capacidade de o povo se organizar. “A história nos ensina que sem mobilização não

há transformação. A elite nunca abriu mão de seus privilégios por vontade própria. É o povo, nas ruas e nos sindicatos, que faz a roda da história girar.”

Para ele, o desafio não é apenas eleger representantes, mas formar consciência. “Temos de reconstruir a esperança, disputar o sentido do que é o trabalho, do que é o Estado, do que é o Brasil. Essa é a nossa tarefa histórica.”

Dirceu encerrou com um alerta e um chamado: “Não podemos achar que basta vencer a eleição presidencial. Sem maioria no Congresso, sem força popular, o projeto de desenvolvimento e soberania não se sustenta. 2026 será decisivo para consolidar o que começamos em 2023.”

Disputa ideológica e cultura política

Ao analisar o cenário mundial, Dirceu apontou a ascensão da extrema direita e a disseminação de discursos de ódio como desafios centrais. “O que estamos enfrentando não é apenas uma disputa eleitoral, é uma batalha de valores. Eles querem um mundo branco, cristão e hétero; nós queremos um mundo de diversidade, solidariedade e justiça social.”

Segundo ele, essa regressão civilizatória só pode ser enfrentada com organização popular e ação política permanente. “A luta é também cultural e ideológica. Precisamos disputar o imaginário da sociedade, a narrativa do que é ser brasileiro. É preciso reconstruir o sentido de nação.”

Juros, desigualdade e pacto social

Ao abordar a economia, o ex-ministro criticou as altas taxas de juros e a estrutura tributária regressiva. “Os ricos seguem isentos enquanto o povo paga a conta. O país é riquíssimo, mas a renda continua concentrada. Não é possível crescer sem distribuir”, afirmou.

Dirceu defendeu uma nova política de crédito e investimento produtivo, apoiada em bancos públicos, para fortalecer a indústria nacional e reduzir as desigualdades regionais. “Precisamos desconcentrar a renda e também o território produtivo. O Nordeste e o Norte têm de fazer parte do novo ciclo de desenvolvimento.”

Defesa do fim da escala 6x1

Em entrevista especial para as redes sociais da CUT, Dirceu falou sobre a escala 6x1, ao afirmar que “há uma rebelião silenciosa da juventude brasileira que não aceita trabalhar de segunda a sábado — não oito horas, que geralmente são 10, 12 horas — em funções como empacador, caixa, açougue, padaria, construção civil. A juventude não aceita mais isso”.

Dirceu contestou o discurso patronal que atribui a falta de mão de obra a uma suposta “falta de vontade” dos jovens. Para ele, o problema está nas condições oferecidas e na ausência de perspectivas dignas.

“Os empresários estão reclamando que falta mão de obra, mas falta pelos baixos salários, pelos trabalhos extenuantes, repetitivos. Ao contrário do que andou dizendo por aí, essa é a verdade: a juventude não tolera mais essas condições”, disse.

O ex-ministro defendeu que a luta pelo fim da escala 6 por 1 e pela valorização do trabalho deve ser uma pauta prioritária do movimento sindical, especialmente num momento em que a economia brasileira se reorganiza e o emprego formal cresce lentamente.

“Essa pauta é uma pauta de todos nós, da CUT, de todas as centrais sindicais e da maioria do nosso público. Como as pesquisas indicam, vamos lutar pelo fim da escala 6 por 1 e por melhores salários”, afirmou.

Lutas em 2026

Para o próximo ano, o presidente da CUT, Sergio Nobre, citou o 8 de janeiro, dia em que deverão ser organizados atos em defesa da democracia, a mobilização das mulheres no 8 de março, a jornada para o 1º de Maio – Dia do Trabalhador em 2026 e a Marcha da Mulheres Negras, no dia 25 de novembro. Ele propôs ainda a realização de atos descentralizados no 1º de Maio e anunciou a preparação de um seminário internacional da CUT, em Brasília, com centrais sindicais de diversos países.

“O que está em jogo nas próximas eleições é o projeto de nação. O mundo inteiro vai olhar para o Brasil. E nós precisamos estar organizados, nas ruas e nas urnas, para defender o futuro do país”, ressaltou.

Sobre as eleições ele ressaltou que o resultado das urnas será determinante para a continuidade do projeto em curso.

A eleições também foram tema da análise de conjuntura feita por José Dirceu. Ele afirmou que “2026 será decisivo para consolidar o projeto iniciado por Lula”

O presidente nacional da CUT também afirmou que é essencial retomar o trabalho de base e a comunicação direta com os trabalhadores. “O sindicato precisa mostrar o que faz, o que conquistou, o quanto colocou de recursos na economia com aumentos reais e acordos coletivos. O trabalhador precisa voltar a se reconhecer nessa luta”, afirmou.

Plenária

O encontro, que vai até sexta-feira (17), reúne 598 delegados e delegadas de todos os estados do país, de forma presencial e on-line, e marca um novo ciclo de debates estratégicos sobre o futuro do trabalho, a democracia e a soberania nacional.

Durante quatro dias, a plenária discutirá temas centrais para o movimento sindical e a classe trabalhadora, como a precarização das relações de trabalho, o avanço da pejetização, a crise climática, a defesa da democracia, a soberania nacional e os rumos da reconstrução do país.

O que são as Plenárias da CUT

As plenárias nacionais da CUT são realizadas a cada dois anos, após o Congresso Nacional da Central. Elas cumprem o papel de avaliar o cenário político e sindical, atualizar as estratégias de luta e mobilizar as bases para o próximo período. Também são momentos de reafirmação dos princípios fundadores da CUT — independência, solidariedade, democracia e defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora.

Objetivos estratégicos da 17ª Plenária

Entre os principais eixos da 17ª Plenária Nacional estão:

- Atualizar a reflexão sobre a conjuntura nacional e internacional e seus impactos sobre a classe trabalhadora;
- Fortalecer o sindicalismo cutista, com valorização da negociação coletiva e atualização da estrutura sindical;
- Reforçar o protagonismo da CUT na reconstrução do Brasil, da democracia, dos direitos e da soberania;
- Ampliar a intervenção da Central na retomada do desenvolvimento econômico sustentável e no combate às desigualdades;
- Deliberar sobre alterações estatutárias;
- E elaborar a estratégia e o plano de lutas para o próximo período.

Fonte: Escrito por: Rosely Rocha, André Accarini e Walber Pinto

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF